



Carlos de Almeida Prado Bacellar
**Casa nova para um
arquivo renovado**

Ocupando desde junho deste ano um amplo e moderno edifício-sede, o Arquivo Público do Estado de São Paulo credencia-se como a maior instituição brasileira do gênero, no momento em que experimenta uma expansão substancial de suas ações e de seu acervo, como revela aqui seu principal dirigente.

> Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP), onde também se habilitou como mestre e doutor nessa disciplina, tornando-se depois professor de seu departamento de história, desde cedo Carlos de Almeida Prado Bacellar se dedicou ao trabalho arquivístico, primeiramente como bolsista de iniciação científica no Arquivo Público do Estado de São Paulo, instituição onde permaneceu por dez anos, contratado como historiógrafo, e da qual se afastou temporariamente para seguir a carreira acadêmica. Em 2007, a ela retornou como seu principal dirigente e vem realizando desde então um trabalho exemplar voltado para sua renovação física e estrutural, bem como de ampliação de seu acervo. Entre as ações mais relevantes executadas sob sua gestão, contam-se a transferência do órgão para o âmbito da Casa Civil, a expansão da política estadual de arquivos e a construção de um moderno e funcional edifício-sede, idealizado para servir aos objetivos da instituição em todas as suas necessidades. Isso permitirá o crescimento do acervo para 60 mil metros lineares de documentos, tornando o Arquivo Público do Estado de São Paulo a maior instituição do gênero no país. Nesta entrevista concedida à **RAPM**, Carlos de Almeida Prado Bacellar fala de sua trajetória, dos conceitos que vêm orientando sua gestão, dos desafios da Arquivologia brasileira e das expectativas que acalenta para o melhor desempenho do órgão que dirige, bem como dos arquivos públicos brasileiros em geral – entre elas uma maior interação com a universidade.

RAPM – Inicialmente, seria interessante que o senhor comentasse a respeito de sua formação e como nasceu o interesse pelos arquivos.

Carlos Bacellar – Sou formado em História pela USP, onde também fiz meu mestrado e doutorado.

Meu interesse inicial por arquivos surgiu como bolsista de iniciação científica, sob orientação da professora Maria Luíza Marcílio, quando permaneci, por dois anos, pesquisando diariamente no Arquivo Público do Estado de São Paulo. O fascínio pelo ambiente arquivístico nasceu ali e aprofundou-se logo após minha conclusão da graduação, quando fui convidado para coordenar uma equipe que iria organizar o acervo da Secretaria de Estado do Planejamento, em 1982. A experiência e o interesse aumentados permitiram que eu fosse finalmente contratado, em 1986, para atuar como historiógrafo no Arquivo Público do Estado. Ali permaneci dez anos e deixei a instituição para seguir a carreira acadêmica, em um momento em que já era diretor de toda a área de acervo permanente, e o Arquivo Público passava por grave crise institucional. Foi uma saída difícil, não desejada, mas inevitável diante do contexto. Meu retorno, em 2007, então como coordenador do órgão, ocorreu de maneira inesperada, a convite da Secretaria de Estado da Cultura, e sob a promessa de que haveria um esforço para reverter o quadro de crise e abandono que perdurava no Arquivo Público.

RAPM – Sua gestão à frente do Arquivo Público do Estado de São Paulo tem sido exemplar. Como o senhor avalia essa experiência?

Carlos Bacellar – A experiência tem sido bastante gratificante, pois estamos conseguindo resolver problemas crônicos da instituição. Muitos desses problemas tinham um histórico de décadas, como o de subordinação administrativa equivocada, na área da Cultura, falta de espaço físico condizente, falta de um quadro de servidores minimamente suficiente para nossas atividades, entre outros. Desde o início de minha gestão, tive a convicção de que desligar o Arquivo Público da Secretaria da Cultura seria praticamente o único caminho

para equacionar o conjunto de problemas. Iniciei minha gestão em março de 2007 e nesse momento tínhamos de enfrentar um problema grave e concreto: atender a um Termo de Ajuste de Conduta firmado pela Secretaria da Cultura com o Ministério Público do Trabalho, no sentido de regularizar os vínculos empregatícios da grande maioria dos servidores do Arquivo, e que vencia em finais de julho daquele ano. A solução para essa questão foi a transferência do Arquivo para a Casa Civil, às vésperas do vencimento desse prazo, onde um reduzido número de 35 servidores foi mantido em condições trabalhistas regulares. Esse foi, a meu ver, o grande marco de virada de minha gestão. A partir daí, pude estabelecer um projeto de metas a serem perseguidas, todas no sentido de recuperar a instituição. Não poderia deixar de comentar que a recuperação do Arquivo necessitou, de minha parte, de uma atitude decidida e mesmo corajosa de levantar os problemas, por mais complexos que fossem, e levá-los adiante, em busca de soluções. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que a atuação do então secretário-chefe da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira, de extrema receptividade às nossas demandas, foi fundamental em todo o processo de recuperação institucional. A partir de então, tivemos oportunidade de resolver o problema de nossas instalações, com o início da edificação de nossa nova sede e de reforma das antigas

Não éramos mais apenas um órgão de cultura, com seus “curiosos” documentos históricos, mas um órgão de gestão da informação

instalações, em um projeto bastante ambicioso. Também conseguimos autorização para promover concurso para admissão de 60 novos servidores de nível superior – o primeiro na história do Arquivo – e para convocar 70 outros de nível médio, além de 40 estagiários. Com um corpo técnico expandido e novas instalações em construção, estavam dadas as condições básicas para investir em outras metas. Assim, ao resolver esses três importantes problemas centrais, que aliás afligem a maioria instituições arquivísticas públicas, já podia dizer, com absoluta certeza, que

minha experiência estava valendo a pena. O Arquivo Público instalado em uma secretaria forte como a Casa Civil era um enorme avanço, pois nos dava força para a implementação da política estadual de arquivos. Não éramos mais apenas um órgão de cultura, com seus “curiosos” documentos históricos, mas um órgão de gestão da informação, responsável por uma política estratégica para a administração pública. Essa foi a grande conquista.

RAPM – Quais são, atualmente, os principais projetos do Arquivo Público do Estado de São Paulo?

Carlos Bacellar – A consolidação institucional permitiu o desenvolvimento de projetos de maior envergadura, com vistas a garantir que o Arquivo assumisse um papel mais relevante

na administração pública e se tornasse mais visível diante da população. Dessa forma, direcionamos, por um lado, nossos esforços no sentido de expandir a política estadual de arquivos, buscando implementá-la de maneira mais efetiva. Ao mesmo tempo, ampliamos nossos esforços na promoção de projetos de difusão do acervo. Dentro dessas duas linhas centrais, uma variedade de ações foi desenvolvida. Mas eu diria que, após nossa transferência para a Casa Civil, nosso grande e principal projeto

foi convencer o Estado da importância de um Arquivo Público, apresentar nossa missão para quem fosse preciso, ser insistente na defesa de nossas propostas. Era preciso enfrentar sérias resistências, inclusive na academia, onde a atuação dos arquivistas é menosprezada por alguns historiadores fossilizados, que ainda não tiveram capacidade de entender, por exemplo, o que significa uma política qualificada de eliminação de documentos. Meu projeto central tem sido, portanto, tornar mais conhecida a instituição, divulgando nossas ações, projetos e responsabilidades, criar uma nova imagem de uma instituição arquivística, sem o que não justificamos nossas demandas orçamentárias.

RAPM – Qual foi o ganho com a inauguração da nova sede? Comente a respeito das características

Era preciso enfrentar sérias resistências, inclusive na academia, onde a atuação dos arquivistas é menosprezada por alguns historiadores fossilizados

dos novos depósitos e do recolhimento previsto para ser realizado.

Carlos Bacellar – A nova sede, inaugurada no último 18 de junho, é a concretização de um sonho. Pela primeira vez contamos com um edifício especialmente concebido para um arquivo, amplo e moderno. São dez pavimentos, cinco dos quais com pé-direito duplo, comportando estanterias com mezaninos. Essa solução permitiu a ampliação da nova área de guarda para 60 km lineares, sem, no entanto, aumentar a área construída,

mantendo-se, deste modo, a edificação nos limites legais de ocupação do terreno. A estrutura do edifício é de concreto protendido, moldado no local, e suporta carga de 2.600 quilos por metro quadrado. O edifício todo é recoberto por uma camada de isolante térmico, composto de uma camada de fibra de vidro, recoberta de duas chapas metálicas, o que diminui os efeitos da insolação. Os depósitos de acervo assemelham-se a caixas-fortes, pois não possuem janelas, e sua climatização conta com controle de temperatura e umidade, além de filtros para poeira, dentro do padrão de um laboratório farmacêutico. O sistema de ar condicionado, central, utiliza uma imensa torre de termoacumulação externa ao edifício, recoberta com o mesmo isolamento térmico, e comporta 1,5 milhão de litros de água. Essa água é resfriada a 6°C durante a noite, quando a

energia elétrica tem custo reduzido, e usada pelo sistema de climatização durante o dia. Essa mesma água pode ser utilizada pelo sistema de combate a incêndios. Na reforma de um dos antigos edifícios, foram instalados depósitos específicos para o acervo iconográfico, com temperaturas distintas para cada suporte. No geral, um moderno sistema de segurança: sistema de CFTV, além de equipamento de leitura biométrica em cada porta de acervo, restringindo o acesso aos poucos servidores autorizados. Em suma,

o edifício foi inteiramente concebido para abrigar uma instituição arquivística – é preciso deixar a era de adaptações precárias de velhas fábricas ou depósitos. A disponibilidade de amplos depósitos para recolhimento ensejou o desenvolvimento do Programa de Gestão Documental Itinerante, o PGDI. Considerando que, por decreto estadual, toda documentação pública anterior a 1940 é de caráter permanente, diversas equipes técnicas do Arquivo passaram a visitar, desde meados de 2011, as secretarias de Estado, em um esforço de identificar acervos que se enquadrassem nesse critério. Identificados, tais acervos já passam por um tratamento básico de higienização, desmetalização e embalagem, para próximo recolhimento ao Arquivo. Já podemos imaginar o impacto dessa ação nas pesquisas: nosso acervo passará de 10 km para 60 km lineares!

Já podemos imaginar o impacto dessa ação nas pesquisas: nosso acervo passará de 10 km para 60 km lineares!

RAPM – A partir de meados do século XX, a Arquivologia se volta aos arquivos correntes. Desde então, um grande desafio tem sido a implantação da gestão de documentos na administração pública. Relate a experiência de São Paulo. Quais são, a seu ver, os pontos fortes e fracos dessa experiência?

Carlos Bacellar – O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) foi criado nos idos de 1984. Foi uma grande inovação, ao propor, naquele momento, uma política de melhor gestão e acesso aos documentos públicos.

Isso foi anterior à Lei nº 8.159, e anterior mesmo à Constituição de 1988. De lá para cá, sua implantação passou por altos e baixos, ao sabor das conjunturas internas do Arquivo e do interesse do Estado em apoiar as iniciativas. A partir de 2006, avanços significativos foram alcançados: já contamos com 85 Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo (Cada), nas diversas secretarias e entidades; com uma Tabela de Temporalidade de Documentos-meio e sete de Documentos-fim já publicadas; e diversas outras em adiantado processo de elaboração. Na reforma institucional de 2009, criamos uma nova estrutura para o Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos, que agora conta com um Núcleo de Monitoramento e Fiscalização dos arquivos públicos, bem como com um Núcleo de Gestão dos Protocolos, ambos fundamentais

para a implementação do Sistema. O recente Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamentou a Lei Federal nº 12.527, introduziu novas e importantes modificações em nosso modelo de sistema. Antes de mais nada, o decreto define a gestão arquivística como ponto de partida fundamental para se permitir o acesso a “documentos, dados e informações”, numa visível expansão do previsto pela lei, que trata somente de informações. Além disso, o mesmo decreto previu que as Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo (Cada) passarão a ser denominadas Comissão de Avaliação de Documento e Acesso, respondendo pela implementação dos processos de classificação de sigilo dos documentos. Essas comissões foram, assim, valorizadas, pois agora devem ser compostas somente por servidores de nível superior, de áreas previamente definidas, e ligadas diretamente ao gabinete do dirigente. Com tais medidas, buscamos sanar as deficiências percebidas ao longo dos anos, tornando o Sistema de Arquivos mais eficiente. No final das contas, continuamos a investir grandes esforços em aperfeiçoar algo que já é efetivo, a gestão da documentação pública desde os protocolos até seu recolhimento ou descarte. O desafio, para um Estado das dimensões de São Paulo, é enorme, somos maiores que muitos Estados europeus.

RAPM – Como o senhor vê a questão da gestão dos documentos eletrônicos. Quais iniciativas o governo estadual de São Paulo tem realizado nesse campo?

Carlos Bacellar – É, sem dúvida, uma questão urgente. Sabemos que muitos documentos eletrônicos já se perderam desde a introdução da informática no serviço público. Ainda não há, no âmbito do governo estadual, uma iniciativa

consolidada de padronização de *softwares*. Isso gera uma multiplicidade de modelos, difíceis de serem gerenciados. A principal iniciativa nessa direção, hoje, é o chamado SPdoc, o Sistema Informatizado Unificado de Gestão de Documentos e Informação, que desde 2009 está sob a direção do Arquivo Público, por meio do Comitê Gestor do SPdoc. Já instalado em cinco secretarias em uma versão preliminar, passará a ser implementado em todo o Poder Executivo. Esse sistema permitirá, em sua versão inicial, a gestão de toda a documentação produzida pela administração pública, inclusive com o controle da temporalidade e sigilo. Para tanto, há um pré-requisito fundamental: as secretarias devem contar com um Plano de Classificação e uma Tabela de Temporalidade-fim já aprovados. Desta forma, o Decreto Estadual nº 58.052, que regulamenta a Lei nº 12.527, define o funcionamento do SPdoc como requisito fundamental para o acesso à informação, uma vez que permite sua localização instantânea. Em uma versão posterior, já em fase de desenvolvimento, o SPdoc permitirá a produção de documentos diretamente em formato digital. Por outro lado, também buscamos recursos para aquisição de um provedor de grande capacidade, que permita o recolhimento de acervos em formato digital. Gostaria de lembrar, por fim, que publicamos, em 2009, a Instrução Normativa APE/SAESP nº 1, que estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da administração pública estadual direta e indireta. Agora, lutamos para implementá-la, algo complexo em uma administração vasta como a paulista. O desafio é enorme, algumas secretarias se espalham pelos 645 municípios paulistas, mas nosso ânimo é grande. A modernização do serviço público é uma necessidade inadiável, e o SPdoc é uma ferramenta fundamental para qualquer política nessa direção.

RAPM – Quais as principais iniciativas do Arquivo Público do Estado de São Paulo em relação às instituições arquivísticas municipais?

Carlos Bacellar – A reformulação institucional realizada em 2009 permitiu a criação do Centro de Atendimento aos Municípios, agora reforçado com um número ampliado de técnicos. Em 2011, tivemos condições de implementar o Programa de Gestão Documental Itinerante nos Municípios (PGDIM). Em sua primeira etapa, recentemente concluída, foram visitados os 17 municípios-sede de regiões administrativas, para realização de um diagnóstico de suas condições. A cada visita, um relatório técnico foi elaborado, com recomendações para solucionar os inúmeros problemas identificados. A receptividade tem sido bastante boa e já se verificam diversas iniciativas em requalificar as instituições arquivísticas locais. Ao mesmo tempo, fazemos um esforço para elaborar uma proposta de Plano de Classificação e de Tabela de Temporalidade dos Documentos de Câmaras Municipais, complementando o já existente para as prefeituras. Também continuamos a realizar, periodicamente, os Encontros Paulistas sobre Gestão Documental Pública, nas diversas regiões administrativas, que já alcançaram a marca de sua nona edição e têm se mostrado muito importantes para o estabelecimento do diálogo e

Sabemos que muitos documentos eletrônicos já se perderam desde a introdução da informática no serviço público.

para a implementação de arquivos municipais.

RAPM – O Arquivo Público do Estado de São Paulo é pioneiro na atuação em conjunto com o Ministério Público. Por favor, comente em linhas gerais essa experiência e os resultados alcançados por meio dela.

Carlos Bacellar – A proposta de buscar uma parceria com o Ministério Público Estadual foi realmente pioneira e em muito colaborou na implantação de novos arquivos municipais, hoje em número de 77. O primeiro termo de cooperação foi

firmado em 2000, e posteriormente foi renovado e ampliado em 2009. Quando da renovação, o MP adotou uma postura proativa em relação aos acervos municipais, com os promotores buscando um diálogo com os poderes municipais, com vistas a garantir a preservação dos documentos públicos. Em finais de 2011, o MP promovia 56 ações contra municípios, incluídos 24 inquéritos civis e 17 termos de ajustamento de conduta. Mesmo assim, o déficit de instituições arquivísticas instituídas é ponderável, pois são 645 os municípios paulistas, muitos dos quais deficitários e sem recursos humanos qualificados. A proposta do PGDIM, já citado, vai nesta direção: tentar qualificar os arquivos das sedes de região administrativa, de modo que sirvam de ponto de apoio da política estadual de arquivos junto aos pequenos municípios. É uma proposta audaciosa,

sem dúvida, mas creio que não podemos virar as costas para o problema, e sim enfrentá-lo.

RAPM – O Arquivo Público do Estado de São Paulo tem desenvolvido projetos vinculados ao website. Quais são os objetivos nessa área?

Carlos Bacellar – A internet deve ser amplamente integrada às ações de uma instituição arquivística. Para a divulgação de notícias e de nosso acervo, estamos usando, e com um retorno muito amplo, o Facebook e o Twitter. São

dois canais importantes para divulgar a existência do Arquivo Público, bem como para apresentar nossos projetos e ações. Nossos seguidores crescem diariamente. Também publicamos nosso informativo e a revista *Histórica*, ambos digitais, com bastante sucesso. Com a exceção da *Histórica*, que já foi publicada por alguns anos em formato impresso, as demais iniciativas tiveram início em minha gestão. Acredito que tais canais de comunicação são cruciais para nos comunicarmos com um público mais amplo, que em geral desconhece por completo a simples existência do Arquivo. As diversas propostas de difusão seguem uma linha mestra: um arquivo não pode ser uma instituição voltada exclusivamente para o público acadêmico. Há todo um universo de consulentes e cidadãos que buscam, na rede, informações as mais diversas. O Arquivo tem de se fazer presente,

[...] um arquivo não pode ser uma instituição voltada exclusivamente para o público acadêmico. Há todo um universo de consulentes e cidadãos que buscam, na rede, informações as mais diversas

dividindo seu acervo em linguagens e formatos distintos, voltados para alunos de ensino médio, genealogistas e curiosos. A página do Arquivo tem de ser atraente, e em constante mutação, permitindo um passeio virtual agradável, um contato amistoso com nossas fontes documentais. Nossas exposições virtuais vão nesse sentido, os acervos digitais também.

RAPM – Como o senhor avalia a interação entre os cursos universitários de História e as instituições arquivísticas públicas?

Carlos Bacellar – De uma maneira geral, a interação ainda é muito escassa. Em termos didáticos, a ausência dos arquivos públicos no conteúdo dos programas é preocupante. Nos cursos de graduação, percebo o pouco recurso aos documentos de arquivo. Há uma esmagadora preferência, por exemplo, pela realização de seminários centrados em leitura e análises de textos, mas são raríssimos os casos de uso de fontes arquivísticas. Também vejo com preocupação o esforço para se formar historiadores profissionais, voltados para o mundo acadêmico, graças à proliferação da pós-graduação, e que em breve levará à saturação do mercado. Temos doutores aos montes, mas absolutamente direcionados para a pesquisa acadêmica, para a produção intelectual, que até mesmo desdenham de outras possibilidades profissionais. O diagnóstico é muito evidente:

pouco preparamos esses alunos para o trabalho em instituições arquivísticas e museus, para ficarmos nos casos mais óbvios. Sob o ponto de vista dos arquivos públicos, a falta de quadros qualificados sempre dificultou o diálogo. As instituições arquivísticas, em geral, vivem uma situação de abandono, impedidas, assim, de desenvolver qualquer iniciativa mais consistente. Como propor parcerias com a universidade sem acervos, sem instalações, sem equipamento e sem profissionais qualificados? Eu, particularmente, acredito que um arquivo público precisa, e muito, da parceria com a universidade. Parceria para levar as instituições arquivísticas para os cursos, estabelecer ações didáticas consistentes, oficinas técnicas, cursos de paleografia. Criar condições para que professores lecionem parte de suas disciplinas no Arquivo, recorrendo ao acervo. É preciso, também, buscar projetos para desenvolvimento em conjunto, principalmente na área da informática, da digitalização de imagens, da ação educativa, da Arquivologia, como hoje já fazemos. Buscar parceiros para a exploração de nosso agora crescente acervo, como já fazemos há mais de uma década com o acervo do Deops, graças à minha colega Maria Luiza Tucci Carneiro, da USP. São Paulo conta, hoje, com três universidades estaduais, três federais e inúmeras universidades privadas, e as possibilidades de interlocução são vastas. Mas, repito, as instituições arquivísticas precisam ter condições para trabalhar; senão ficamos apenas nos discursos.

RAPM – Que sugestões daria a um jovem pesquisador que tem interesse em desenvolver pesquisas em arquivos?

Carlos Bacellar – Eu poderia dizer o óbvio, que seria sugerir buscar um orientador para desenvolver projeto de iniciação científica, ou

algo parecido. Mas prefiro apontar para outra questão: na maior parte do Brasil, as instituições arquivísticas estaduais enfrentam sérios problemas. Os municipais, raros, enfrentam problemas ainda maiores, de sobrevivência. Assim, minha sugestão para o jovem, que deve estar cursando História, Arquivologia, Jornalismo etc., é colaborar, pelos canais possíveis, pelas redes sociais, pelas ONGs, com o movimento de cobrança que a sociedade civil pode fazer em prol dos arquivos públicos. Se as políticas públicas de preservação dos documentos produzidos e acumulados pelo Estado são ainda muito fracas e descontinuadas, quando não inexistentes, é preciso pressionar para que esses documentos não continuem a se perder. Sem uma política de gestão documental, a pesquisa resta comprometida. O interesse em desenvolver pesquisas em arquivos pode ter início por aí: transformando cada candidato a pesquisador em um militante da causa da defesa das instituições arquivísticas públicas, buscando garantir o acesso aos acervos do Estado. Brigue e lute por essa causa, ela garante que as pesquisas se tornem possíveis!

Entrevista concedida a Marta Araújo e Renato Pinto Venâncio.